

INSTITUTO  
Documentação  
SOCIOAMBIENTAL  
Fonte: GM / Saneamento e Saneamento  
Data: 14-16/6/2002 Pg. C6  
Class.: 908

**CONTRAPARTIDA**

# Floresta de antenas vai pagar taxa ao Parque

Elmar Meurer  
de Florianópolis

Para compensar os impactos ambientais que provocam, as cerca de 300 empresas de telecomunicação com antenas e torres instaladas no Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, terão que pagar para poder ficar no local. A expectativa da chefe do Parque, Sonia Peixoto, é que a cobrança inicie ainda neste ano e gere arrecadação de aproximadamente R\$ 8 milhões anuais, a serem empregados na própria reserva.

"Em setembro, finalizaremos a base legal e a modelagem matemática para a cobrança, além dos procedimentos para o licenciamento ambiental, aplicação e gestão dos recursos arrecadados", disse Sonia, ontem, em Santa Catarina. Ela participou de mesa redonda no Iº Seminário de Gestão Ambiental de Florianópolis, organizado pelo programa de pós-graduação em engenharia de produção da Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), com apoio deste jornal.

**Cobrança será modelo**

O projeto do Parque da Tijuca, que é administrado pela prefeitura do Rio e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), servirá

de parâmetro para cobrança de passivos ambientais em outras áreas de preservação no País. Além de envolver a administração do parque, o projeto conta com o apoio de consultores como Peter May, da diretoria de ecossistemas do Ibama, da gerência do Ibama no Rio e da presidência do órgão, afirmou Sônia Peixoto.

Ela disse também que não espera contestações das empresas proprietárias das antenas e que algumas delas até já procuraram a administração do Parque. Contudo, em caso de contestação judicial, diz que as empresas podem ser obrigadas a retirar seus equipamentos do local. As bases legais para cobrar a compensação estão em regulamentações já existentes, como a lei de crimes ambientais e resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Atualmente o parque tem receita anual de R\$ 2,4 milhões, gerada pelos ingressos pagos pelos visitantes que sobem ao Corcovado. Com os cerca de R\$ 8 milhões que espera acrescentar à receita, a administração pretende, inicialmente, regularizar os problemas fundiários do Parque, comprando as terras que hoje não pertencem ainda à unidade de conservação. Nisso estima gastar em torno de R\$ 5 milhões.